

ABORTO:

Uma Questão Moral ou de Saúde Pública?

A descriminalização ajudaria inúmeras crianças e mães, considerando que em um Estado Laico o aborto não deve ser tratado de maneira religiosa ou moral, e sim como saúde pública. Embora a interrupção da gravidez seja comumente praticada, ela ainda é vista com maus olhos pela maioria da população. Por esse motivo, a maioria é feita de forma clandestina, o que causa uma estimativa de 47 mil mortes de mulheres todos os anos, segundo a OMS. Ademais, o número de crianças abandonadas é enorme, mas não é só isso que deve ser uma preocupação, visto que toda culpa cai sobre a mulher, quando a realidade brasileira é a de que mais de 5,5 milhões de crianças brasileiras não têm o nome do pai em seus registros. Vale ressaltar também, que, ao se colocar uma criança no sistema de adoção, essa está sujeita a uma série de preconceitos, pois muitas famílias, ao adotarem, criam um ideal de criança perfeita, muitas vezes excluindo crianças negras, por exemplo.



Porque o discurso "engravidou tem que ter"?

O machismo e o sistema patriarcal fazem com que o direito da mulher de decidir sobre o próprio corpo seja praticamente inexistente.

Prevenção não seria uma solução?

Todos os métodos contraceptivos têm uma margem de erro. Além disso, grande parcela da população vive abaixo da linha da pobreza, o que leva à impossibilidade de adquirir tais métodos, ou até mesmo não conhecê-los.



Consequências para o feto

Crianças concebidas sem a vontade dos pais podem sofrer com abandonos e outras consequências tão graves quanto o aborto. Além disso, estudos comprovam que a vida só se inicia a partir da 3º semana. Sendo assim, não seria assassinato interromper a gravidez antes desse período.



Conclusão

A ilegalidade do aborto não inibe sua prática, sendo muitas vezes executado de forma insegura. Além disso, a conscientização e a democratização a respeito dos métodos contraceptivos reduziria os índices de abortos e IST's. Sendo assim, o aborto é considerado um problema grave nos dias atuais, que não pode ser ignorado, exigindo até uma atualização na legislação e um debate mais acirrado

Mariane Gorgulho